



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE PLANALTO: CONTRIBUIÇÕES PARA OS REGISTROS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA

Luana Teixeira Barros
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: sevenlua@outlook.com

Nivaldo Viera Santana
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: nivaldonvs@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos, na contemporaneidade brasileira, tem se firmado como direito político e social e incorporado todas as pessoas que vivem no Brasil. Em 1988, ficou estabelecido, por contrato social entre o Estado e a sociedade, a garantia do direito de acesso à educação para os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação ou à continuidade de estudos na idade própria. E coube ao poder público oferecer educação básica, na condição de bem social, para todas as pessoas que vivem no Brasil, firmando assim a garantia de que a educação é direito público inalienável, como estabelecido pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394 de 1996, e planejada através do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, ao estabelecer como meta ampliar a escolaridade da população de 18 a 29 anos que vive no campo.

A pesquisa que deu origem ao texto aqui apresentado expõe e analisa resultados parciais sobre a pesquisa em desenvolvimento junto a Disciplina Política Educacional do curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na qual a autora, discente do curso e filha de agricultores, foi provocada a investigar e registrar a trajetória da história educacional de jovens e adultos no município de Planalto – Bahia, com o objetivo específico de analisar as relações entre o estabelecido, o previsto e o efetivado em função da escolarização das pessoas jovens e adultas, residentes no Município de Planalto, como perspectiva de direito e as possíveis influências no processo de emancipação humana do trabalhador rural.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa e perfil histórico como concebida por Laville (1999) tem como referência análises de documentos que direcionam a educação de jovens e adultos, desde o início do século, e se complementa com a pesquisa de campo ainda em andamento. Nesse momento, nos propomos registrar e propiciar análises e reflexões sobre as propostas de políticas públicas direcionadas a jovens e adultos promovidas pelo poder público em coparticipação com setores da sociedade. Os seguintes documentos têm servido a coleta de dados e informações e auxiliado as análises: Programa AJA Bahia; Programa Brasil Alfabetizados; Programa Todos pela Alfabetização (TOPA). Tais documentos foram usados como referência por se tratarem de propostas destinadas a intervir na condição humana e formas de viver dos jovens e adultos analfabetos ou *analfabetos formais* que por várias razões não tiveram acesso ao ensino fundamental.

Os dados têm sido analisados à luz da ordem normativa e interpretados com o auxílio do pensamento teórico metodológico de Paulo Freire (1996; 1997; 2001) por nos fazer entender que os indivíduos se apresentam cotidianamente no contexto social como sujeitos promotores da história e, ao mesmo tempo, produto da história social do seu tempo; também pelo fato de, ao expor o que rege as pedagogias do oprimido, da esperança ou mesmo da autonomia, recorrer sempre a defesa da ideia de vinculação entre a práxis libertadora, como fundamentos para a construção das utopias, e acreditar na educação com prática da liberdade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Planalto, município baiano com 24.481 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE, distante a 470 km da capital baiana, possuía, em 1991, uma escolaridade da população adulta de 25 anos ou mais, em que 60.4% com o Ensino fundamental incompleto e analfabetos; 35.9% tinham o ensino fundamental incompleto e alfabetizados e o restante do percentual era direcionado às pessoas que concluíram o ensino fundamental. Em 2000, esses números se alteram, sendo 50% de pessoas com o fundamental incompleto e analfabetos e 41% de alfabetizados com o fundamental



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

incompleto.

Contudo, é possível refletir que o quadro do município no qual quase a metade da população se encontra localizada na área rural, dispersos em vários distritos com precário atendimento educacional, indicava e indica adesão as políticas de atendimento educacional a jovens e adultos como previstas. Entretanto, ficou constatado que a inserção de jovens e adultos do município de Planalto tem início através do programa AJA Bahia, criado em 1996, com a finalidade de interiorizar o atendimento em todo Estado da Bahia e atender trabalhadores da agricultura situados no meio rural, mas que só foi aderido pelo poder público municipal, em 2002, sem prosseguimento nos anos seguintes. Não há registro disponíveis nos órgãos oficiais do município sobre as razões da descontinuidade, população alvo atendida no período ou mesmo os resultados obtidos com a adesão.

Somente em 2007, o Poder Público municipal de Planalto aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado, momento em que houve redirecionamento na forma de desenvolvimento do (PBA), e os recursos passam a ser transferidos para os municípios envolvidos que assumem o compromisso de conduzir as políticas de escolarização, e a União a responsabilidade de repassar apoio técnico e financeiro para os Estados Federativos escolhidos para desenvolvimento do programa, tendo como base o Plano plurianual de Alfabetização.

A partir do Brasil Alfabetizado, o governo da Bahia, com o decreto nº 10.339 de 9 de maio de 2007, cria o programa Todos pela alfabetização (TOPA) a fim de garantir escolarização aos jovens, adultos e idosos. Contudo, apesar da parceria com as universidades que atuavam como unidades formadoras, o programa se caracterizou por contrariar ao estabelecido pela LDB 9.394/96, que explicita no artigo 62º em relação a formação de docentes para atuar na educação básica (LDB, p.20, 1996), por não exigir curso superior ou licenciatura para os candidatos à condição de alfabetizador e promover a convocação de voluntários.

Ficou constatado que a formação oferecida pela UESB e FAINOR não garantiam a qualificação pedagógica dos que deveriam exercer a docência. Os dados levantados até o momento revelam que os programas não atenderam os objetivos previstos na sua totalidade, os índices de escolaridade sofrem modificações, mas ainda é perceptível uma taxa alta de pessoas não alfabetizadas. Os dados, portanto, estão assim



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

distribuídos: 38% não concluíram o ensino fundamental e são analfabetas, 42,6% de alfabetizados com o fundamental incompleto, 9,6% de concluintes do ensino fundamental como médio incompleto, 8,3% com fundamental e médio completos. O município conta com apenas com 1,5% de pessoas com formação acadêmica em nível superior completo.

Os documento relacionado ao TOPA faz referência ao pensamento teórico metodológico de Paulo Freire, mas foi incapaz de alimentar a utopia dos trabalhadores rurais de terem acesso ao domínio da escrita e leitura, dentro de uma perspectiva capaz de influírem em novas leituras sobre as suas próprias realidades e de proporem mudanças em relação a reconstrução da realidade na qual estão inseridos.

Contudo, registramos que os trabalhadores rurais jovens e adultos de Planalto, ao construir a sua trajetória educacional, declaram interesse pela inserção no processo de escolarização por creditarem que, ao sair da condição de analfabetos, podem obter maiores oportunidades em relação a inserção na sociedade e diante da vocação produtiva do município.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Concluimos que, apesar dos avanços nas políticas de educação para jovens e adultos no Brasil, chegamos a segunda década do terceiro milênio sem a garantia de que as pessoas jovens, adultas e idosas do Município de Planalto, Bahia, que não tiveram acesso à educação ou à continuidade de estudos na idade própria possam ter essa garantia a partir das propostas de políticas públicas disponíveis. O previsto e o efetivado, através dos programas de escolarização, não têm influenciado em termos qualitativos no processo de emancipação humana do trabalhador rural, tampouco modificado em termos quantitativos a população de pessoas sem escolarização, sendo assim, não tem contribuído para uma práxis libertadora. Eles até acreditam na educação com prática da liberdade, mas o acesso à educação se constitui como um ideal a ser alcançado. O trabalho rural é o real enfrentado no cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização de Jovens e Adultos; Paulo Freire; TOPA.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
VITÓRIA DA CONQUISTA

**15 a 18
outubro
2019**

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal. 1988.** Lex: Legislação Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 5 de out. 1988. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 3 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 de janeiro de 2019.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;** Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.